

Parecer do GEOTA à Consulta Pública sobre o Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e de Monte Novo

Lisboa, 19 de junho de 2026

Ao longo das várias versões e reformulações, o projeto altera a cultura prevista, a dimensão da área agrícola, o número de captações e os volumes de água subterrânea a extrair. Contudo, a questão central permanece: trata-se de uma intervenção agrícola de regadio intensivo inserida num território ambientalmente sensível, com estatutos de proteção relevantes, forte pressão sobre os recursos hídricos, habitats dunares de interesse comunitário e sinais acumulados de degradação ecológica.

ZEC Comporta-Galé e ZEP Açude da Murta

A área de implantação encontra-se associada à ZEC Comporta-Galé, à ZPE do Açude da Murta e a outros espaços classificados relacionados com o Estuário do Sado. Esta localização atribui ao projeto uma relevância ambiental particular, uma vez que não está em causa apenas uma propriedade agrícola isolada, mas uma área integrada numa rede territorial de conservação. A presença de habitats naturais, de flora endémica, de espécies RELAPE e de ecossistemas dependentes de água obriga a uma avaliação exigente dos impactes diretos, indiretos e cumulativos. A classificação ambiental da área não pode ser tratada como um elemento meramente formal, pois corresponde a valores naturais concretos, com objetivos de conservação legalmente reconhecidos.

O Açude da Murta surge como um dos elementos ecológicos mais sensíveis. Trata-se de uma zona húmida de água doce com importância para avifauna e mamofauna, dependente da escorrência superficial após a precipitação e de nascentes associadas ao aquífero freático. A manutenção do plano de água depende, por isso, do equilíbrio entre recarga, níveis freáticos, escoamento subterrâneo e qualidade da água. Qualquer alteração significativa na disponibilidade hídrica e nos níveis freáticos pode afetar as nascentes, reduzir a alimentação do açude e comprometer as comunidades biológicas associadas. A questão hidrogeológica não surge, assim, como tema secundário, pois está diretamente ligada à conservação dos habitats, das aves aquáticas, dos passeriformes migradores, da mamofauna, da vegetação ripícola e dos restantes valores naturais dependentes deste sistema.

Do ponto de vista ecológico, a cartografia oficial de habitats da ZEC Comporta-Galé constitui um elemento central. O habitat 2260, relativo a dunas com vegetação esclerófila da *Cisto-Lavanduletalia*, é identificado como o habitat dominante da ZEC, com 6 616 ha, o que corresponde a 46% da área classificada. A área das herdades concentra uma fração relevante deste habitat, pelo que a intervenção não recai sobre uma mancha periférica ou sem valor ecológico. Pelo contrário, incide sobre uma área expressiva do sistema dunar da ZEC. A presença dos habitats prioritários 2150*, de dunas fixas descalcificadas atlânticas com *Calluno-Ulicetea*, e 2250*, de dunas litorais com *Juniperus spp.*, agrava a sensibilidade ecológica da intervenção.

Estes habitats apresentam grau de conservação global C, classificado como médio ou reduzido. Este dado é importante porque a degradação prévia não pode ser usada como argumento para justificar nova conversão do solo. Um habitat em estado médio ou reduzido, sobretudo quando mantém potencial de recuperação, deve ser objeto de medidas de restauro, melhoria e proteção, aliás, tal como previstas no Plano de Gestão da ZEC Comporta-Galé (DL n.º 55/2026, de 16 de fevereiro e

Portaria n.º 107-B/2026/1, de 5 de março). A conversão para pomar de regadio tende a consolidar a perda de estrutura ecológica, a alterar o coberto vegetal e a reduzir a possibilidade de recuperação natural. Neste sentido, a degradação existente não deve ser interpretada como uma condição que legitima novas pressões.

A flora afetada assume igualmente grande relevância. São referidas espécies RELAPE, endemismos ibéricos e lusitanos, e espécies prioritárias ou de elevado valor de conservação, como *Armeria rouyana*, *Santolina impressa* e *Thymus capitellatus*. A importância destas espécies não decorre apenas do seu estatuto florístico. Algumas delas integram a própria composição do habitat 2260. A afetação de *Thymus capitellatus* e *Armeria rouyana*, por exemplo, é uma afetação direta dos elementos estruturantes do habitat dunar. A mobilização do solo, a desmatização, a instalação de culturas permanentes e a alteração do regime ecológico local podem destruir populações estabelecidas, afetar bancos de sementes e dificultar a regeneração natural. Por essa razão, a reversibilidade destes impactes é tecnicamente discutível, sobretudo quando envolve espécies endémicas, populações fragmentadas e habitats já pressionados.

Na fauna regista-se a presença de anfíbios, répteis, aves e mamíferos, com particular destaque para espécies associadas ao Açude da Murta e à envolvente da ZPE. Salienta-se que o EIA introduz, pela primeira vez, a instalação de 20 ventiladores anti-geada cujos impactes sobre a avifauna e quirópteros são desconhecidos. Antevêm-se impactes muito significativos sobre a fauna resultantes da perturbação, da mortalidade, da perda de habitat, do efeito de exclusão e do aumento do risco de atropelamento. No caso das aves aquáticas e migradoras, a manutenção da diversidade de habitats e da qualidade dos recursos hídricos é essencial. Logo, a degradação do açude, a alteração da vegetação envolvente ou a redução dos níveis de água podem ter consequências ecológicas que ultrapassam a área diretamente plantada.

O ICNF identifica pressões já associadas à degradação da ZEC que encontram correspondência nas ações previstas no projeto. A conversão de usos do solo para atividade agrícola, a substituição de vegetação natural ou seminatural por culturas permanentes, a introdução de uma cultura não típica dos sistemas dunares, a mobilização e desmatção do terreno, a captação de águas subterrâneas e a perturbação que favorece espécies exóticas invasoras aparecem como pressões já associadas à degradação da ZEC. A reformulação reduz a escala, mas mantém a lógica da intervenção: transformar uma área com valores naturais relevantes num sistema agrícola de regadio, dependente de água subterrânea e de gestão intensiva do solo.

Esta dimensão é reforçada pela análise dos impactes cumulativos. O projeto não pode ser avaliado como uma ação isolada e deve ser analisado de forma integrada num processo mais amplo de transformação territorial na ZEC Comporta-Galé e na margem esquerda do Sado: projetos agrícolas e turísticos já existentes, áreas de agricultura intensiva, captações de água subterrânea e perda progressiva de habitats. Esta acumulação de pressões é decisiva, porque mesmo uma redução da área agrícola de uma reformulação pode continuar a produzir impactes significativos quando inserida num território já sujeito a extrações elevadas, fragmentação ecológica e degradação de habitats. A questão essencial passa, assim, pela capacidade real do território para absorver mais um projeto de regadio sem comprometer os objetivos de conservação.

Águas subterrâneas

A componente hidrogeológica constitui uma das partes mais críticas da análise.

Quanto ao funcionamento específico do setor a sul do rio Sado, embora integrado na massa de água Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda, este setor tem funcionamento hidráulico próprio,

Apartado 26006 – EC Lapa
Travessa do Moinho de Vento
nº17, CV Dta 1201-801 Lisboa
Tel | 21 395 61 20
e-mail | geota@geota.pt
homepage | <http://www.geota.pt>

ONGA com estatuto de utilidade pública
Associado fundador: CPADA-Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente; PASC-
Plataforma de Associações da Sociedade Civil; CIDAMB – Associação Nacional para a Cidadania
Ambiental, Dunas Livres.
Membro de: PONG Pesca, MIA – Movimento Ibérico AntiNuclear; Coligação C7 para o Ambiente e
Conservação da Natureza; #MovRioDouro; Re4Nature; ProTejo; PAS-Plataforma Água Sustentável.
Membro de ONGAs internacionais: EEB – European Environmental Bureau; SAR – Seas At Risk,
Mediterranean Alliance for Wetlands.
Protocolo de cooperação com as associações de defesa do ambiente: ADAPA; ONGaia; A.E.Alto Tejo;
Amigos da Beira; ARCHAIS; AZÓRICA; C.A. Almada; Marés; Associação PATO; Palhota Viva;
ADPCCBombarral, ADPM-Associação de Defesa do Património de Mértola, Real 21, Amigos dos Açores,
SETA, CNE.



condicionado pelo rio Sado enquanto eixo de drenagem. A recarga dependerá sobretudo da precipitação local e, eventualmente, de fluxos laterais associados à Serra de Grândola. Este fato não permite uma leitura demasiado agregada da massa de água, pois a disponibilidade global não representa, necessariamente, a disponibilidade efetiva no setor onde o projeto se localiza. Por isso, é crucial conhecer melhor o balanço hídrico local, os volumes já extraídos, as licenças existentes, as captações previstas e os caudais críticos das nascentes, ribeiros e açudes.

De acordo com os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH) do 3º ciclo (APA, 2023), a massa de água Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda (PT05T3), apresenta um estado quantitativo em risco de não atingir os objetivos ambientais uma vez que as extrações estão muito próximas dos recursos hídricos subterrâneos disponíveis, em que a pressão significativa é a agricultura. Neste contexto, a autorização de novas captações deve ser avaliada com especial prudência, pois qualquer aumento da extração pode agravar o desequilíbrio quantitativo já existente.

A massa de água Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda (PT05T3), de acordo com a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, está em situação crítica desde julho de 2022, o que significa que desde essa data, pelo menos, os níveis piezométricos estão inferiores ao percentil 20, por conseguinte, muito baixos. Comparando o nível de água subterrânea com o registado na seca de 2005, considerada até ao momento o período de seca mais severa, observa-se que os níveis no mês de maio se situam abaixo dessa referência. Aliás, analisando a evolução dos níveis de água subterrânea desde o início do corrente ano hidrológico (2025/2026), ano com elevadíssima precipitação e inundações em Alcácer do Sal, observa-se que nalgumas estações da rede de quantidade do SNIRH, que monitorizam a massa de água referida, os níveis estão abaixo do nível médio da água do mar.

A possibilidade de intrusão salina surge como risco estruturante. Os dados piezométricos de Cachopos, Mitrena e Alcácer do Sal, com níveis abaixo do nível médio do mar, indiciam um sistema vulnerável à entrada de água salina, sobretudo em contexto de sobreexploração. Quando os níveis piezométricos descem abaixo do nível do mar, a pressão hidráulica que impede o avanço da cunha salina enfraquece. A extração adicional para rega pode intensificar cones de rebaixamento, alterar gradientes hidráulicos e aumentar o risco de salinização do aquífero. Este risco é particularmente relevante numa área com proximidade ao Sado e sujeita a pressões agrícolas acumuladas.

A ligação entre aquífero superficial e aquífero profundo é outro aspeto relevante dada a existência de fluxos verticais entre ambos, cujo sentido depende da relação de potenciais entre o nível freático e o nível piezométrico do aquífero mais profundo. Estão previstos 12 furos a captarem entre 178–288 m de profundidade. Há furos de abastecimento público nas imediações com 150 m de profundidade. Em cenário de extração intensa no aquífero profundo, ocorre drenagem descendente a partir dos níveis superiores e, mesmo, do aquífero freático. Esta dinâmica leva à quebra de produtividade/esgotamento das captações de abastecimento público e afeta nascentes dependentes do nível freático, como as que contribuem para o Açude da Murta. Como exemplo da drenância vertical entre aquíferos, e que levou ao desaparecimento de planos de água, destaca-se o Açude de Vale de Coelhoiros, que permanece seco desde a implantação de agricultura de regadio na envolvente, onde outrora se pescava e andava de barco. Sublinha-se que mesmo captações profundas têm efeitos sobre sistemas superficiais e ecossistemas dependentes de água, sobretudo quando existe conectividade hidráulica entre aquíferos como é o caso.

A qualidade da água constitui outro ponto de preocupação. A vulnerabilidade do aquífero freático à poluição é considerada elevada. A aplicação de fertilizantes e produtos fitofarmacêuticos em culturas agrícolas intensivas afeta a qualidade da água superficial e subterrânea, com

consequências para as captações de abastecimento público e na água que escoar para linhas de água e açudes. A pressão sobre o recurso hídrico não se limita, portanto, à quantidade extraída. Inclui também a alteração potencial da qualidade da água, com riscos para as populações, espécies aquáticas, aves, mamíferos e habitats ripícolas. Esta dimensão reforça a necessidade de avaliar a exploração agrícola como fonte de pressão sobre o abastecimento público, a saúde humana e sobre o sistema hidroecológico. Reforça-se que o abastecimento público tem como única e exclusiva origem a água subterrânea do mesmo aquífero.

As alterações climáticas agravam todo este quadro de reduções já observadas da precipitação e do escoamento superficial na bacia do Sado, bem como projeções de redução adicional da precipitação e do escoamento em cenários futuros. O aumento da temperatura e da evapotranspiração reduz a água disponível para infiltração e recarga de aquíferos. Ao mesmo tempo, culturas regadas tendem a exigir maior volume de água em períodos mais quentes e secos. Esta combinação cria um conflito evidente entre expansão agrícola de regadio, conservação de zonas húmidas, manutenção de habitats dunares e proteção de reservas estratégicas de água subterrânea.

A região de Alcácer do Sal surge como particularmente exposta à seca e ao stress hídrico. A referência a vários anos secos recentes, à redução dos níveis das albufeiras do Pêgo do Altar e Vale de Gaio, ao desaparecimento do Açude de Vale de Coelheiros e ao risco de desaparecimento do Açude da Murta, reforça a ideia de que as condições atuais já são críticas. Neste contexto, a tomada de decisão ambiental deve incorporar a nova realidade climática. Modelos baseados em médias históricas longas podem subestimar o risco atual, sobretudo se não integrarem a intensificação das secas, a redução da recarga e a pressão acumulada das captações.

Directivas, Planos e Ordenamento do Território

No plano do ordenamento do território registam-se incompatibilidades com o PDM de Alcácer do Sal. A área em causa insere-se em espaços florestais de produção e estrutura ecológica municipal, nos quais a produção florestal constitui o uso dominante, enquanto a agricultura surge como uso complementar. A expansão de projetos agrícolas intensivos na envolvente pode alterar esta relação e transformar o uso complementar em uso predominante. Esta alteração compromete a lógica de qualificação do solo e reforça os impactes cumulativos sobre o território. A compatibilidade territorial do projeto depende, por isso, da manutenção efetiva do uso dominante florestal, e não apenas da inscrição formal de áreas de rearboreização ou conservação.

A reformulação mais recente procura apresentar o projeto como multifuncional e sustentável, ao combinar pomar de tangerinas, rearboreização e zonas de conservação ecológica. Contudo, esta reformulação não resolve os problemas essenciais. A substituição do abacate pela tangerina e a redução de área, furos ou volume de captação podem diminuir a intensidade de alguns impactes, mas não eliminam a pressão principal: a instalação de agricultura de regadio numa área sensível, dependente de água subterrânea e integrada em espaço classificado. A questão não é apenas a cultura escolhida; é o modelo de ocupação, a localização e a capacidade de carga ecológica e hídrica do território.

Do ponto de vista jurídico, à luz da Diretiva Habitats e do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril na sua redação atual, em áreas da Rede Natura 2000, qualquer plano ou projeto suscetível de afetar significativamente os objetivos de conservação deve demonstrar que não compromete a integridade do sítio. Perante impactes negativos sobre habitats prioritários, espécies protegidas e

Missão:

Promover o desenvolvimento sustentável e a conservação do património natural e cultural, mediante a capacitação de cidadãos para se tornarem agentes ativos de educação, intervenção e advocacia ambiental.

recursos hídricos estratégicos, a autorização exigiria uma demonstração robusta da inexistência de alternativas, razões imperativas de reconhecido interesse público e, quando aplicável, parecer prévio da Comissão Europeia. Constata-se que esse patamar de exigência não se encontra cumprido, uma vez que está em causa um projeto agrícola privado, com alternativas locais, dimensionais e produtivas possíveis.

A articulação entre a cartografia oficial do ICNF e o Plano de Gestão da ZEC reforça esta leitura. Se os habitats 2260 e 2150* apresentam estado de conservação médio ou reduzido, os objetivos de gestão devem orientar-se para a melhoria, recuperação e manutenção dos valores naturais. Um projeto que afeta esses habitats, destrói flora diagnóstica e intensifica pressões já identificadas como causas de degradação, entra em conflito com esses objetivos. A contradição é particularmente evidente quando a mesma documentação técnica que caracteriza a ZEC é usada como referência, mas a intervenção proposta mantém ações associadas à degradação.

Em síntese,

o Projeto Agroflorestal das Herdades da Murta e de Monte Novo permanece ambientalmente problemático, mesmo após reformulações. A intervenção incide sobre habitats dunares de interesse comunitário e prioritário, sobre espécies florísticas relevantes, sobre uma zona húmida essencial para a biodiversidade e sobre uma massa de água subterrânea em situação crítica. A pressão agrícola acumulada, o risco de intrusão salina, a incerteza sobre a recarga efetiva, a redução das disponibilidades hídricas por efeito das alterações climáticas, a vulnerabilidade do

aquífero à poluição, a segurança do abastecimento público e a fragilidade dos habitats tornam a aprovação do projeto incompatível com os princípios da precaução e da prevenção.

Por essa razão, a posição do Geota é desfavorável à aprovação do projeto. A reformulação reduz a escala de alguns impactes, mas não altera a sua natureza estrutural. A questão central permanece a mesma: a conservação da ZEC Comporta-Galé, da ZPE do Açude da Murta, dos habitats dunares e dos recursos hídricos subterrâneos exige evitar novas pressões significativas num território já degradado e hidrologicamente vulnerável. O Geota defende como prioridades a proteção dos habitats, a recuperação ecológica, a salvaguarda das zonas húmidas e a gestão sustentável da água subterrânea.